

PREGÃO ELETRÔNICO

90006/2026

CONTRATANTE (UASG)
(380161 – PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA)

OBJETO

Aquisição de material médico-hospitalar, medicamentos e insumos farmacêuticos

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 45.791,79

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 27/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
menor preço

MODO DE DISPUTA:
aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	13
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	13
11. DOS RECURSOS	13
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	14
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	17
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	17

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026**

(Processo Administrativo nº006.00207509/2026-60)

Torna-se público que o(a) Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Administração Penitenciária, pela Coordenadoria da Execução Penal da Região Oeste do Estado, por meio do(a) PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA, sediado(a) Estrada Vicinal Paschoal Milton Lentini, km 12 – Bairro União – Lucélia/SP realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é . material médico-hospitalar, medicamentos e insumos farmacêuticos., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços..

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para todos os itens desta licitação, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1. *O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte..*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. *Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. Nesta licitação para registro de preços, o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas..

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores] entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 0,02 (dois centavos)
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários*
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta..

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.18.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo) definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.]

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAL, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAL será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexecutáveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. *inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta..*

7.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta..

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto..

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
 - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelos e-mails financas@penitlucelia.sap.sp.gov.br ou penitenciaria@penitlucelia.sap.sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
 - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
 - 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
 - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.3. **pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;** ;
 - 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação] no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. *A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.*

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação] no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado,

observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos e-mails financas@penitlucelia.sap.sp.gov.br ou penitenciaria@penitlucelia.sap.sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no sítio eletrônico www.sei.sp.gov.br sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a

regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.1.5.3. a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável]

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://doe.sp.gov.br/>.

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.16.2. ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;

14.16.3. ANEXO III – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável (Resolução SAP-49/2024);

14.16.4. ANEXO IV – Modelo referente a planilha de proposta;.

Lucélia, 14 de maio de 2026.

MARCOS ANTONIO HIPOLITO
Autoridade Competente

ESP-PENIT. DE LUCELIA

Termo de Referência 26/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
26/2026	380161-ESP-PENIT. DE LUCELIA	LUIZ FERNANDO LUKIANTCHUKI AGOSTINHO	18/05/2026 14:09 (v 0.9)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.00207509/2026-60

1. Definição do objeto

1.1 A presente licitação tem como objeto a aquisição de materiais médico-hospitalares, medicamentos e insumos farmacêuticos necessários ao atendimento contínuo à saúde dos sentenciados da Penitenciária de Lucélia. As especificações dos itens constantes deste Termo de Referência foram extraídas do Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras/Sistema de Cadastramento de Materiais, observando-se os padrões de qualidade e desempenho definidos pela Administração. Tais produtos são imprescindíveis para os tratamentos médicos e hospitalares, devido à grande quantidade de doenças crônicas e necessidades de saúde da população carcerária, especialmente em razão da faixa etária elevada dos reclusos, **sendo o certame realizado na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item, modo de disputa aberto, e exclusivo para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades a elas equiparadas, considerando que todos os itens possuem valor individual estimado inferior ao limite previsto para aplicação do art. 48, I, da LC 123/2006.**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO SIAFÍSICO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE		
1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; ALOGLIPTINA, BENZOATO 34MG (EQUIVALENTE A 25 MG DE ALOGLIPTINA)	5851130	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	260	0,40	103,13
2	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; ANLODIPINO, BESILATO 5MG	284220	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	9.000	0,11	1.020,00
3	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; CLONIDINA, CLORIDRATO 0,1MG	183105	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	600	0,37	220,00

4	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; ATORVASTATINA CALCICA 40MG	2411610	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	3.360	0,69	2.329,60
5	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; BIMATOPROSTA 0,3MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA, ORMA DE APRESENTACAO FRASCO CONTA-GOTA	1905902	FRASCO 3ML	6	46,12	276,72
6	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; BISOPROLOL, FUMARATO 2,5MG	2312166	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	450	0,79	354,00
7	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; BISOPROLOL, FUMARATO 5MG	2052652	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	1.005	1,05	1.055,25
8	MEDICAMENTOS CONTROLADOS DE USO HUMANO; BUPROPIONA, CLORIDRATO 150MG	1205919	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	585	0,66	386,10
9	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; CANAGLIFLOZINA HEMI-HIDRATADA 100 MG	4533003	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	135	6,31	852,30
10	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; CILOSTAZOL 100MG	1850431	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	450	0,54	244,50
11	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; CILOSTAZOL 50MG	1699253	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	480	0,30	142,40
12	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; CLOPIDOGREL, BISSULFATO 75MG	1217240	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	1.500	0,22	335,00
13	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; CLOREXIDINA, DIGLICONATO (OU GLICONATO) 20 MG/ML (2%); FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO AQUOSA; FORMA DE APRESENTACAO FRASCO ALMOTOLIA COM TAMPA TWIST OFF, COM CONTROLEDE VAZAO; VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA	4921720	FRASCO 1L	5	37,56	187,80

14	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; CLORTALIDONA 25MG	600687	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	600	0,56	338,00
15	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; DAPAGLIFLOZINA 10MG	4292499	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	900	2,16	1.947,00
16	MEDICAMENTOS CONTROLADOS DE USO HUMANO; DESVENLAFAXINA,SUCCINATO MONOIDRATADO 50MG	3263800	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	720	0,84	607,20
17	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; DOMPERIDONA 10MG	213918	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	1.260	0,13	159,60
18	MEDICAMENTOS CONTROLADOS DE USO HUMANO; DONEPEZILA, CLORIDRATO 10MG	1305492	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	240	0,75	180,80
19	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; DORZOLAMIDA, CLORIDRATO 20MG/ML; FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO OFTALMICA; FORMA DE APRESENTACAO FRASCO CONTA-GOTA	544914	FRASCO 5ML	25	52,12	1.303,08
20	MEDICAMENTOS CONTROLADOS DE USO HUMANO; DULOXETINA, CLORIDRATO 60MG	2115140	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	240	2,23	535,20
21	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; DUTASTERIDA 0,5 MG; CLORIDRATO DE TANSULOSINA 0,4 MG	3850579	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	210	3,06	643,30
22	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; EMPAGLIFLOZINA 25 MG; LINAGLIPTINA 5 MG	5466571	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	540	8,76	4.732,20
23	MEDICAMENTOS CONTROLADOS DE USO HUMANO; ESCITALOPRAM, OXALATO 10MG	1736574	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	1.590	0,20	312,70
24	MEDICAMENTOS CONTROLADOS DE USO HUMANO; ESCITALOPRAM, OXALATO 20MG	2904420	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	420	0,37	155,40

25	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; EZETIMIBA 10MG	1983350	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	300	0,61	184,00
26	MEDICAMENTOS CONTROLADOS DE USO HUMANO; GABAPENTINA 300MG	763195	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	820	0,37	306,13
27	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; GLICLAZIDA 30MG	1430564	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	6.000	0,21	1.280,00
28	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; HIDRALAZINA, CLORIDRATO 50MG	155209	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	240	0,57	136,00
29	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; INDAPAMIDA 1,5MG	943495	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	210	0,33	68,60
30	MEDICAMENTOS CONTROLADOS DE USO HUMANO; LEVETIRACETAM 250 MG	4622197	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	1.620	0,70	1.134,00
31	MEDICAMENTOS CONTROLADOS DE USO HUMANO; LEVOMEPROMAZINA, MALEATO 25MG	785660	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	5.000	0,46	2.283,33
32	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; LIDOCAINA, CLORIDRATO 20MG/G; FORMA FARMACEUTICA GEL DERMATOLOGICO; FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA/TUBO	501093	BISNAGA 30G	12	6,69	80,24
33	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; LOSARTANA POTASSICA 50MG;	284300	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	30.000	0,05	1.400,00
34	MEDICAMENTOS CONTROLADOS DE USO HUMANO; MEMANTINA, CLORIDRATO 10MG	1787993	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	480	0,31	148,80
35	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; METFORMINA, CLORIDRATO 500MG	183504	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	7.200	0,13	936,00

36	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; METFORMINA, CLORIDRATO 500MG	2369613	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	10.140	0,22	2.230,80
37	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; METOPROLOL, TARTARATO 100MG	183563	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	810	0,48	388,80
38	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; METOPROLOL, SUCCINATO 23,75MG EQUIVALENTE A TARTARATO DE METOPROLOL 25 MG; FORMA FARMACEUTICA CAPSULA /COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERACAO PROLONGADA; VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	1466909	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	2.640	0,50	1.311,20
39	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; METOPROLOL, SUCCINATO 47,5 MG EQUIVALENTE A 50 MG DE TARTARATO DE METOPROLOL; FORMA FARMACEUTICA CAPSULA/COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERACAO PROLONGADA; VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	1728385	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	2.350	0,54	1.261,17
40	MEDICAMENTOS CONTROLADOS DE USO HUMANO; NALTREXONA, CLORIDRATO 50MG	691461	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	540	3,23	1.746,00
41	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; NIFEDIPINO 20 MG	3684318	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	1.440	0,16	230,40
42	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; NITROFURANTOINA 100MG	109002	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	300	0,27	81,00
43	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; OLMESARTANA MEDOXOMILA 40MG	2145987	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	90	0,71	63,60
44	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; OXIBUTININA, CLORIDRATO 5MG	122963	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	180	0,76	136,80
45	MEDICAMENTOS CONTROLADOS DE USO HUMANO; PAROXETINA, CLORIDRATO 20MG	691496	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	300	0,26	78,00

46	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PEUMUS BOLDUS MOLINA (BOLDO) EXTRATO 0,67 ML/10ML(PADRONIZADO EM 0,1%DE BOLDINA); FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORAL; FORMA DE APRESENTACAO FRASCO/FLACONETE; VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	6500994	FRASCO 150ML	6	31,24	187,44
47	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PIOGLITAZONA, CLORIDRATO 30MG	2051044	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	45	1,38	62,10
48	MEDICAMENTOS CONTROLADOS DE USO HUMANO; PREGABALINA 75MG	3162249	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	2.060	0,28	576,80
49	MEDICAMENTOS CONTROLADOS DE USO HUMANO; QUETIAPINA 25MG	1458094	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	1.630	0,18	293,40
50	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; RIVAROXABANA 20 MG	3814556	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	1.140	0,32	364,80
51	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; ROSUVASTATINA CALCICA 10MG	1905910	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	1.635	0,15	239,80
52	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; SULFADIAZINA DE PRATA 10 MG/G; FORMA FARMACEUTICA CREME DERMATOLOGICO; FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA/POTE; VIA DE ADMINISTRACAO DERMATOLOGICA	111414	BISNAGA 50G	25	6,51	162,75
53	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; GLICOSAMINA, SULFATO 1,5G; FORMA FARMACEUTICA PO PARA SOLUCAO ORAL; FORMA DE APRESENTACAO ENVELOPE; VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	1915045	ENVELOPE	180	3,07	552,60
	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; SUPLEMENTO VITAMINICO E MINERAL; CARBONATO DE CALCIO PESADO 121,2970MG; OXIDO DE MAGNESIO 107,90MG; ACIDO ASCORBICO (VITAMINA C) 45MG; ACETATO					

54	RACEALFATOCOFEROL (VITAMINA E) 11MG; FUMARATO FERROSO 10,50MG; SULFATO DE MANGANES 7,1070MG; OXIDO DE ZINCO 2,50MG; SULFATO DE COBRE PENTAHIDRATADO 1,7680MG; CLORIDRATO PIRIDOXINA (VITAMINA B6) 1,5860 MG; PANTOTENATO DE CALCIO (VITAMINA B5) 1,43 MG; MONONITRATO DE TIAMINA (VITAMINA B1) 1,3080MG; RIBOFLAVINA (VITAMINA B2) 1,30MG; PALMITATO DE RETINOL (VITAMINA A) 1,0980MG; PICOLINATO DE CROMO 0,1450MG; IODETO DE POTASSIO 0,0850MG; FITOMEDIONA (VITAMINA K1) 0,0650MG; ACIDO FOLICO (VITAMINA B9) 0,0600MG; MOLIBDATO DE AMONIO 0,0459MG; SELENITO DE SÓDIO Á 0,99% 3,74MG; BIOTINA 0,0300MG; COLECALCIFEROL (VITAMINA D3) 0,0050MG; CIANOCOBALAMINA (VITAMINA B12) 0,0024MG; FORMA FARMACEUTICA CAPSULA GELATINOSA; FORMA DE APRESENTACAO CAPSULA GELATINOSA; VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	5941326	CAPSULA GELATINOSA	1.500	0,36	532,50
55	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; TANSULOSINA, CLORIDRATO 0,4MG; FORMA FARMACEUTICA CAPSULA/COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERACAO PROLONGADA	1929224	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	240	0,91	218,40
56	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; TELMISARTANA 80MG	2042398	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	60	1,77	106,00
57	EDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; TRAVOPROSTA 0,04 MG/ML; FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO OFTALMICA; FORMA DE APRESENTACAO FRASCO CONTA-GOTA; VIA DE ADMINISTRACAO OFTALMICA	1384163	FRASCO 2,5ML	7	21,23	148,59
58	MEDICAMENTOS CONTROLADOS DE USO HUMANO; TRAZODONA, CLORIDRATO 50MG	2047080	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	780	0,63	488,80
59	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; TRIMEBUTINA, MALEATO 200MG	2187396	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	390	1,35	526,50
60	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; TRIMETAZIDINA, DICLORIDRATO 35MG; FORMA	2937760		120	0,70	83,60

	FARMACEUTICA CAPSULA/COMPRIMIDO /COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERACAO PROLONGADA		CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA			
61	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; VALSARTANA 160MG	1912593	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	600	0,64	384,00
62	MEDICAMENTOS CONTROLADOS DE USO HUMANO; VENLAFAXINA, CLORIDRATO 75MG	1508520	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	210	0,47	99,40
63	EDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; VIMPOCETINA 5MG	2013819	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	360	1,08	390,00
64	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; COLECALCIFEROL (VITAMINA D3) 7000 UI	4343646	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	135	0,45	60,30
65	MEDICAMENTOS CONTROLADOS DE USO HUMANO; ZOLPIDEM, HEMITARTARATO 10MG	691500	CAPSULA / COMPRIMIDO / DRAGEA	720	0,15	108,00
66	FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA; FORMATO ANATOMICO DE FRALDA E MANTA; TAMANHO EXTRA-GRANDE; NAO TOXICO; COMPOSICAO INTERNA DE POLPA DE CELULOSE, FILME DE POLIETILENO, POLIPROPILENO; COBERTURA EXTERNA IMPERMEAVEL; CAMADA INTERNA ANTIALERGICA; PESO DO USUARIO DE ACIMA DE 90KG; MEDIDA DA CINTURA DE 140 A 160 CM; ADESIVO A BASE DE BORRACHA NATURAL; POLIMERO SUPER ABSORVENTE; ELASTICO NAS PERNAS; DE POLIMERO SINTETICO DE LYCRA; COM 2 A 4 FIOS; FITAS ADESIVAS REGULAVEIS PARA FIXACAO; COM 4 FITAS; BARREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO; INDICADOR DE UMIDADE PARA TROCA; COM EXTRATO DE ALOE VERA; EMBALADO EM EM FILME DE POLIETILENO; VALIDADE MINIMA DE VALIDADE 2 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA; E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA DO MINISTERIO DA SAUDE VIGENTE; ATENDENDO A RESOLUCAO GMC N. 36/2004 DO INMETRO REFERENTE A ROTULAGEM	4575628	UNID.	270	4,59	1.239,30

67	ABAIXADOR DE LINGUA; DE MADEIRA; DE USO UNICO; COM EXTREMIDADES ARREDONDADAS, SEM REBARBAS; MEDINDO (14CMX1,4CM DE LARGURA)X(0,2CM DE ESPESSURA); EMBALADO EM PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO E RESISTENTE; ROTULAGEM RESPEITANDO LEGISLACAO ATUAL VIGENTE	125253	PACOTE C/100	100	7,25	724,67
68	AGULHA HIPODERMICA DESCARTAVEL BIPOLAR; (COLETA) PLASTICO ATOXICO E SEM REBARBA; HASTE EM ACO INOX ESTERIL; COM BISEL MEDIO TRIFACETADO CILINDRICA OCA CANULA RETA COM MANGA DE BORRACHA NA PARTE INFERIOR; COM DISPOSITIVO DE SEGURANCA QUE ACIONADO RECOBRIRA TOTALMENTE A AGULHA ACOMPANHA ADAPTADOR PLASTICO; DIMENSAO DE 32X8 OU 30X8 OU 25X8 (21G); EMBALADO EM TUBO TIPO "HARDPACK" INDIVIDUALMENTE COM LACRE DE SEGURANCA GARANTIR AS NORMAS DE BIOSSEGURANCA E NR.32; O PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE	2363763	UNID.	300	0,58	174,00
69	BOLSA COLETORA DE URINA; EM PVC; COM VALVULA ANTIREFLUXO E CAMARA DE GOTEJAMENTO PASTEUR TRANSPARENTE; FILTRO DE AR HIDROFOBO; COM ESCALA DE 0 A 2000 ML; GRADUADA A MILILITROS; COM CLAMP PARA INTERRUPCAO DE FLUXO; ALCA PLASTICA E CADARCO PARA FIXACAO NO LEITO; BOCAL PROVIDO DE TUBO DE DRENAGEM COM PINCA OCLUSORA E COM PROTETOR DE PONTA, FLEXIVEL, NAO DOBRAVEL; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE	3818136	UNID.	100	6,49	649,00
	CATETER VENOSO PERIFERICO; EM SISTEMA VALVULADO,CORPO E CANULA EM TEFLON E POLIURETANO RADIOPACO, C/ SISTEMA DE SEGURANÇA; CALIBRE 20GX32MM, COM 2 VIAS C/ VALVULA NEUTRA, FIXAS EM CADA UMA DAS VIAS C/CONEXÕES LUER SLIP E LOCK; DE AGULHA EM ACO INOXIDAVEL, BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO, PROTETOR DE AGULHA EM POLIPROPILENO; COM ASAS FLEXIVEIS COR ROSA P/ ESTABILIZAÇÃO E FIXAÇÃO DO CATETER; COM CONECTOR EM "Y" VALVULADO C/ FILTROS					

70	BILATERAIS, PERMITE PREENCHIMENTO SEM ABERTURA DO SISTEMA; ENVELOPE INDIVIDUAL, C/ UM CURATIVO DE FILME TRANSPARENTE DE POLIURETANO (5CMX5CMX7CM) C/ SISTEMA DE MOLDURA; EM CANULA EM TEFLON, RADIOPACO, CAMARA ACRILICA TRANSPARENTE C/ ESPACO MORTO APROX.0,06ML, PSI MAX.350; FILTRO DE CONEXAO COM MEMBRANA EM CELULOSE ATÉ 1,2 MICRAS. ESTERIL, USO UNICO, DESCARTAVEL; EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRURGICO. CAPACIDADE ATÉ 200 ATIVAÇÕES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. SISTEMA VALVULADO MANTENDO ASCONEXOES FECHADAS CONFORME RDC 45	6440657	UNID.	30	2,95	88,60
71	CATETER VENOSO PERIFERICO; EM SISTEMA VALVULADO,CORPO E CANULA EM TEFLON E POLIURETANO RADIOPACO, C/SISTEMA DE SEGURANCA; CALIBRE 22GX25MM, COM 2 VIAS C/ VALVULA NEUTRA, FIXAS EM CADA UMA DAS VIAS C/CONEXÕES LUER SLIP E LOCK; DE AGULHA EM ACO INOXIDAVEL, BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO, PROTETOR DE AGULHA EM POLIPROPILENO; COM ASAS FLEXIVEIS COR AZUL P/ ESTABILIZAÇÃO E FIXAÇÃO DO CATETER; COM CONECTOR EM "Y" VALVULADO C/ FILTROS BILATERAIS, PERMITE PREENCHIMENTO SEM ABERTURA DO SISTEMA; ENVELOPE INDIVIDUAL, C/ UM CURATIVO DE FILME TRANSPARENTE DE POLIURETANO (5CMX5CMX7CM) C/ SISTEMA DE MOLDURA; EM CANULA EM TEFLON, RADIOPACO, CAMARA ACRILICA TRANSPARENTE C/ ESPACO MORTO APROX.0,06ML, PSI MAX.350; FILTRO DE CONEXAO COM MEMBRANA EM CELULOSE ATÉ 1,2 MICRAS. ESTERIL, USO UNICO, DESCARTAVEL; EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRURGICO. CAPACIDADE ATÉ 200 ATIVAÇÕES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. SISTEMA VALVULADO MANTENDO ASCONEXOES FECHADAS CONFORME RDC 45	6440614	UNID.	100	2,95	295,33
	CATETER VENOSO PERIFERICO; EM SISTEMA VALVULADO, CORPO E CANULA EM TEFLON E POLIURETANO RADIOPACO C/ SISTEMA DE SEGURANÇA; CALIBRE 24GX19MM, COM 2 VIAS C/ VALVULA NEUTRA, FIXAS EM CADA UMA DAS VIAS					

72	C/CONEXÕES LUER SLIP E LOCK; DE AGULHA EM ACO INOXIDAVEL, BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO, PROTETOR DE AGULHA EM POLIPROPILENO; COM ASAS ASAS FLEXIVEIS COR AMARELO P/ ESTABILIZAÇÃO E FIXAÇÃO DO CATETER; COM CONECTOR EM "Y" VALVULADO C/ FILTROS BILATERAIS, PERMITE PREENCHIMENTO SEM ABERTURA DO SISTEMA; ENVELOPE INDIVIDUAL, C/ UM CURATIVO DE FILME TRANSPARENTE DE POLIURETANO (5CMX5CMX7CM) C/ SISTEMA DE MOLDURA; EM CANULA EM TEFLON, RADIOPACO,CAMARA ACRILICA TRANSPARENTE C/ ESPACO MORTO APROX.0,06ML, PSI MAX.350; FILTRO DE CONEXAO COM MEMBRANA EM CELULOSE ATÉ 1,2 MICRAS. ESTERIL, USO UNICO, DESCARTAVEL; EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRURGICO. CAPACIDADE ATE 200 ATIVAÇÕES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. SISTEMA VALVULADO MANTENDO ASCONEXOES FECHADAS CONFORME RDC 45	6440584	UNID.	35	2,95	103,37
73	DISPOSITIVO PARA INFUSAO VENOSA PERIFERICA; COM ACO INOX P/COLETA MULTIPLA TRIFUNCIONAL,C/DISPOSITIVO DE SEGURANCA, ESTERIL; BOTAO QUE RECOLHE A AGULHA AINDA NA VEIA; COM ASAS FLEXIVEIS DE COR AZUL CLARO; EXTENSAO DE PROLONGAMENTO TUBO EM VINIL,FLEXÍVEL,INCOLOR,TRANSPARENTE C /7POLEGADAS DE COMPRIMENTO ADAPTADOR LUER; CALIBRE 23G, TRIFUNCIONAL(COLETA DE SANGUE, COLETA COM SERINGA E INFUSAO ENDOVENOSA ATE 2 HORAS); EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA; O PRODUTO DEVERA APRESENTAR LAUDO LEGISLACAO ATUAL VIGENTE	3668665	UNID.	60	0,84	50,60
74	DISPOSITIVO MASCULINO PARA INCONTINENCIA URINARIA; CONFECCIONADO EM LATEX DE BORRACHA NATURAL; COM PONTA FUNILADA ADEQUADA P/ CONEXAO AO TUBO DE EXTENSAO DO COLETOR; POSSUIR RESERVATORIO DE FORMA QUE EVITE DOBRAS E TORCOES; COMPOSTO DE PECA UNICA; ADESIVO; HIPOALERGENICO; COM BAINHA PRE-ENROLADA; NUMERO 4	4605985	UNID.	12	2,71	32,52

75	DISPOSITIVO MASCULINO PARA INCONTINENCIA URINARIA; CONFECCIONADO EM LATEX DE BORRACHA NATURAL; COM PONTA FUNILADA ADEQUADA PARA CONEXAO AO TUBO DE EXTENSAO DO COLETOR; POSSUIR RESERVATORIO DE FORMA QUE EVITE DOBRAS E TORCOES; COMPOSTO DE PECA UNICA; COM BAINHA PRE-ENROLADA; Nº 6	4605993	UNID.	70	2,71	189,70
76	EQUIPO P/ ADMINISTRACAO DE SOLUCOES INTRAVENOSAS"; GRAVITACIONAL COM MACRO GOTEJADOR, CONFECCIONADO EM PVC, OU MATERIAL SIMILAR E COMPATÍVEL; ISENTO DE LÁTEX, QUE ASSEGURE A COMPATIBILIDADE COM RECIPIENTES / FRASCOS FLEXÍVEIS; (BOLSA PARA SISTEMA FECHADO) E RECIPIENTES/FRASCOS NÃO FLEXÍVEIS E DISPOSITIVOS INTRAVENOS; E RECIPIENTES/FRASCOS NÃO FLEXÍVEIS E DISPOSITIVOS INTRAVENOSOS. UNICO USO, ESTÉRIL, APIROGÊNICO; DOTADO DE CONECTOR DE PONTA PERFURANTE COM PROTETOR, PARA FIXAÇÃO E AJUSTE A QUALQUER RECIPIENTE; ENTRADA DE AR COM FILTRO HIDRÓFOBO, COM TAMPA PROTETORA, LOCALIZADA ACIMA DA CÂMARA DE GOTEJAMENTO; TUBO EXTENSOR FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, MEDINDO NO MÍNIMO 1,50 M DE COMPRIMENTO, COM PINÇA ROLETE; INJETOR LATERAL CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RÍGIDO, TRANSPARENTE, COM VÁLVULA AUTO VEDANTE ADAPATADOR; TIPO LUER-LOCK, COM TAMPA PROTETORA COM FILTRO. ABNT NBR ISO 8536-4:2011. EMBALAGEM BIODEGRADAVEL	6536107	UNID.	80	3,38	270,67
77	ADAPTADOR INTERMEDIARIO; EM PVC; COMPOSTO POR CONECTOR, PINCA, TUBOS; CONEXAO EM 2 VIAS; PINCA TIPO CLAMP; TUBOS MEDINDO 7CM DE COMPRIMENTO; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE	1052705	UNID.	50	7,83	391,67
78	ESFIGMOMANOMETRO; ANEROIDE; PORTATIL, ACONDICIONADO EM BOLSA DE COURVIN; COM BRACAIDEIRA PARA OBESO; TRABALHANDO NA FAIXA DE ESCALA DE 0 A 300 MMHG; COM RESOLUCAO DE 2 MMHG; COM PERA DE BORRACHA, COM REGISTRO E VALVULA ANTI-REFLUXO; COM MANGUITO DE BORRACHA, SEM EMENDAS (BOLSA E TUBOS CONECTORES);	3295486	UNID.	3	191,41	574,23

	BRACADEIRA EM TECIDO DE ALGODAO RESISTENTE, COM FECHO DE PINOS E TALAS METALICAS					
79	PROTETOR SOLAR; FPS 60 UVA/UVB; FORMA FARMACEUTICA LOÇÃO CREMOSA; PARA DIFERENTES TIPOS DE PELE; ULTRALEVE COM TOQUE SECO TOTALMENTE NÃO OLEOSO, RESISTENTE A AGUA E SUOR; FORMA DE APRESENTACAO FRASCO/BISNAGA; TOPICA, VALIDADE MINIMA NA ENTREGA DE 12 MESES	6080103	FRASCO 200ML	12	27,11	325,32
80	SERINGA DESCARTAVEL; EM PLASTICO,ATOXICO, APIROGENICO INTEGRA, TRANSPARENTE; APRESENTANDO RIGIDEZ E RESISTENCIA MECANICA NA SUA UTILIZACAO; CORPO COM ESCALA EM GRAVACAO VISIVEL E RESISTENTE, MILIMETRADA E NUMERADA DE 5,0 EM 5,0ML; EMBOLO E BORRACHA DE AJUSTE, ANEL DE RETENCAO; BICO BICO CENTRAL LUER SLIP (SEM ROSCA); ESTERIL; SILICONIZADA; COM CAPACIDADE DE COM CAPACIDADE DE 20ML; SEM AGULHA; O PRODUTO DEVERA ATENDER INDIVIDUAL EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA, DE ACORDO COM A RDC 18	5511631	UNID.	300	1,57	470,00
81	SERINGA DESCARTAVEL; EM PLASTICO,ATOXICO, APIROGENICO POLIPROPILENO; APRESENTANDO RIGIDEZ E RESISTENCIA MECANICA NA SUA UTILIZACAO; CORPO COM GRADUACAO MILIMETRADA; EMBOLO COM BORRACHA ATOXICA NA PONTA; BICO TIPO CATETER SLIP (LONGO E CALIBROSO P/ CONEXOES DE SONDAS E EXTENSOES DE LATEX; ESTERILIZADO EM RAIOS GAMA OU OXIDO DE ETILENO; SILICONIZADA; COM CAPACIDADE DE NO MINIMO DE 50ML; SEM AGULHA, EMBALAGEM QUE ATENDA A LEGISLAÇÃO VIGENTE	1637649	UNID.	60	2,34	140,60
82	SONDA FOLEY; EM 100% SILICONE, TRANSPARENTE; LUBRIFICACAO HOMOGENEA; ESTERIL, DESCARTAVEL, ATOXICA, APIROGENICA; COM BALAO DE 5-10ML, COM VALVULA TIPO LUER; COM 2 VIAS, CALIBRE NUMERO 18, PONTA COM DOIS ORIFICIOS LATERAIS; NUMERO DO CALIBRE ESTAMPADO EM LOCAL VISIVEL EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE	4673182	UNID.	60	2,97	178,00

	DOPRODUTO, QUE PERMITA ABERTURA ASSEPTICA; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE					
83	SONDA FOLEY; EM 100% SILICONE, TRANSPARENTE; LUBRIFICACAO HOMOGENEA; ESTERIL, DESCARTAVEL, ATOXICA, APIROGENICA; COM BALAO DE 5-10ML, COM VALVULA TIPO LUER; COM 2 VIAS, CALIBRE NUMERO 20, PONTA COM DOIS ORIFICIOS LATERAIS; NUMERO DO CALIBRE ESTAMPADO EM LOCAL VISIVEL EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DOPRODUTO, QUE PERMITA ABERTURA ASSEPTICA; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE	4673190	UNID.	45	3,50	157,35
84	SONDA FOLEY; EM SILICONE; SILICONADA; ESTERIL; COM BALAO DE 20 A 30 ML; COM 3 VIAS, CALIBRE 20; NUMERO DO CALIBRE ESTAMPADO EM LOCAL VISIVEL EMBALADA EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE	5087627	UNID.	24	6,90	165,60
85	UBO PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO; EM PLÁSTICO; TRANSPARENTE; ESTÉRIL; SEM ANTICOAGULANTE; COM ATIVADOR DE COAGULAÇÃO (SÍLICA) ; TAMPA NA COR VERMELHA COM CAPA PROTETORA; PARA ASPIRAÇÃO DE 4 A 5 ML; MEDINDO 13 X 75 MM. (DIAM X COMP), COM IDENTIFICACAO NO TUBO REAGENTE,VALIDADE,FORMULA,CAPACIDADE; ROTULO COM Nº DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE, COMPOSICAO, PROCEDENCIA E VOLUME DE ASPIRACAO; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA E REFORCADAQUE GARANTA A INTEGRIDADE FISICA DO PRODUTO	4967500	UNID.	200	0,40	79,33

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados do(a) emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. A nota de empenho e este Termo de Referência estabelecem a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A contratação está alinhada ao Plano de Contratações Anual – PCA 2026 desta Unidade, no eixo de materiais e medicamentos, e às diretrizes sustentáveis da Pasta.

- I. ID PCA no PNCP: 96291141000180-0-000038/2026
- II. Data de publicação: 17/06/2025
- III. ID do item no PCA: 28
- IV. Classe/Grupo: 6505 - DROGAS E MEDICAMENTOS
- V. Identificador da futura contratação: 380161-10/2026

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos o seguinte requisito:

4.1.1. As embalagens dos produtos devem ser preferencialmente recicláveis ou reutilizáveis, e, quando descartáveis, fabricadas com materiais que minimizem o impacto ambiental.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação, não será admitida a indicação de marca(s) ou modelo(s) específico(s). O produto ofertado deverá atender estritamente a todas as especificações técnicas e características detalhadas para cada item neste Termo de Referência, garantindo a ampla competitividade.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Diante das análises realizadas e das necessidades identificadas, não há, no momento, a vedação específica de qualquer marca ou produto. O fornecimento deverá, contudo, cumprir integralmente as especificações técnicas e os padrões de qualidade exigidos para cada item neste Termo de Referência.

Da exigência de amostra(s)

4.4. Não será exigida a apresentação de amostras pelos licitantes.

4.4.1. Sem prejuízo disso, a Administração poderá solicitar, sempre que entender necessário, **documentos técnicos, catálogos, fichas de informação ou demais comprovantes idôneos**, para aferição da conformidade dos produtos ofertados com o descritivo constante do item 1.1 deste Termo de Referência.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante. A comprovação da capacidade do fornecedor e da garantia dos produtos se dará por meio dos documentos de habilitação e pelas condições de garantia estabelecidas neste Termo de Referência.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, sendo este **prazo fixo e improrrogável**, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificado e aceito pela Administração.

5.2. **Vedação ao Fracionamento:** Os itens deverão ser entregues obrigatoriamente em **remessa única**, correspondente à totalidade do quantitativo empenhado.

5.2.1. **É expressamente proibida a entrega fracionada** dos itens. Caso o fornecedor tente realizar a entrega parcial do empenho, a Administração procederá à **recusa total do lote** no ato do recebimento provisório, sem prejuízo da contagem do prazo de mora e aplicação das sanções administrativas previstas neste Termo de Referência.

5.3. Os bens deverão ser entregues em perfeitas condições de acondicionamento, lacrados em suas embalagens originais e com boa aparência, atendendo plenamente às especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

5.4. Os produtos que possuem prazo de validade deverão ser entregues com, no mínimo, **90% (noventa por cento) de sua validade total vigente**, contados a partir da data da efetiva entrega (recebimento provisório), salvo se outra condição, devidamente fundamentada pela área técnica, for expressamente aceita pela Administração por ser considerada mais vantajosa ao interesse público.

5.5. O descumprimento injustificado do prazo ou das condições de entrega (incluindo a tentativa de entrega fracionada) caracteriza inexecução contratual, sujeitando a detentora do ajuste às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Resolução SAP-49/2024, considerando a natureza essencial do objeto para a manutenção da saúde e vida dos sentenciados desta Unidade Prisional.

Endereço de Entrega

5.6. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Unidade: Penitenciária de Lucélia + Ala de Progressão

Endereço: Estr. Vicinal Paschoal Milton Lentini, km 12 - Bairro União - Lucélia/SP - Cep: 17.780-900

Horários de Entrega

5.7. Os bens deverão ser entregues nos horários entre 08h00min às 11h00min e 13h00min às 16h00min.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.8. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. A contratação será por meio de nota de empenho e deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da **contratação**, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da **contratação**, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações **do fornecimento**, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado,

acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo **de 02 (dois) dias**, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução **deste Termo de Referência e Nota de Empenho**.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega única e imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN),

referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate ou de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.22. Não haverá exigência de comprovação técnica

Outras comprovações

8.23. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.23.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.24.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.23.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.23.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 45.791,79

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 45.791,79 (quarenta e cinco mil, setecentos e noventa e um reais e setenta e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: **380161 – Penitenciária de Lucélia**

II) Fonte de Recursos: **150081002;**

III) Programa de Trabalho: **10302381561420000**

IV) Elemento de Despesa: **339030**

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DECLARAÇÃO

CONFORMIDADE E APTIDÃO TÉCNICA

(Art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 68.185/2023)

Declaro, para os devidos fins de instrução processual e preenchimento dos requisitos exigidos pelo Parecer Referencial NLC nº 01/2025, na qualidade de responsável pela elaboração do Termo de Referência e membro da equipe de planejamento desta contratação, que:

1. Preencho integralmente os requisitos previstos no **artigo 7º da Lei Federal nº 14.133/2021**, sendo servidor público dos quadros permanentes desta Administração, possuindo atribuições, qualificação técnica e formação compatíveis com a função, e não possuo relação de parentesco, amizade íntima ou inimizade grave com pessoas físicas ou jurídicas que possam vir a participar do presente certame, inexistindo qualquer conflito de interesses.

2. Observei estritamente o disposto nos **artigos 2º, 4º e 5º do Decreto Estadual nº 68.185/2023**, atestando que o Termo de Referência foi fundamentado no respectivo Estudo Técnico Preliminar (ETP) e contempla todos os parâmetros, elementos obrigatórios, modelo de execução e matriz de riscos necessários para a correta caracterização do objeto.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Nos termos do art. 7º da Lei nº 14.133/2021, encaminho o Termo de Referência à autoridade competente para análise e providências.

LUIZ FERNANDO LUKIANTCHUKI AGOSTINHO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 14:09:59.

Despacho: De acordo. Nos termos do art. 7º da Lei nº 14.133/2021, encaminhe-se ao setor de contratações para prosseguimento.

MARCOS ANTONIO HIPOLITO

Autoridade competente

ESP-PENIT. DE LUCELIA

Estudo Técnico Preliminar 27/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 006.00207509/2026-60

2. Descrição da necessidade

2.1. A aquisição de material médico-hospitalar, medicamentos e insumos farmacêuticos é imprescindível para a execução dos procedimentos de saúde e para o tratamento contínuo dos sentenciados desta Unidade.

2.2. A população prisional apresenta demanda elevada, com parcela significativa em faixas etárias avançadas e com comorbidades (cardiopatias, diabetes, hipertensão, distúrbios prostáticos, demências, entre outras), o que exige tratamento medicamentoso contínuo.

2.3. O problema a ser solucionado é o risco de desabastecimento de itens essenciais à assistência à saúde, com potencial interrupção de tratamentos. Tal interrupção é inadmissível e afronta o ditame legal explícito na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), que impõe ao Estado o dever de garantir assistência integral. Cumpre invocar o texto legal aplicável: “Art. 14 - A assistência à saúde do preso e do internado, de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico”.

2.4. A presente contratação visa, portanto, assegurar de forma material e ininterrupta o mandamento legal citado, consubstanciando o princípio basilar da **Continuidade do Serviço Público**, garantindo que o atendimento curativo e preventivo não sofra qualquer solução de continuidade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CHEFIA DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	DANIELA CASTELANO BANHOS SOUZA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Regulatórios e de Qualidade

- Conformidade com a legislação sanitária vigente (ANVISA) e demais normas aplicáveis.
- Medicamentos com registro válido na ANVISA.
- Prazo de validade mínimo de 90% na entrega (quando aplicável) ou, para itens críticos/escassos, o melhor prazo disponível, devidamente justificado.
- Embalagem íntegra, lacre inviolado, rotulagem em português conforme normativos sanitários.

4.2. Entrega, Logística e Armazenagem

- Entrega única no Almoxarifado/Farmácia da Unidade, em horário a ser estabelecido no edital.

- Conferência quantitativa e qualitativa dos itens, com registro de lote, validade e demais dados de rastreabilidade.
- Condições de armazenagem compatíveis com as especificações dos produtos (temperatura, umidade, proteção à luz, etc.).

4.3. Garantias e Assistência

- Substituição imediata de itens com avarias, divergência de lote/validade, vício de qualidade ou inconformidade documental.
- Atendimento de complementações por diferença de fracionamento/embalagens, quando couber e previamente autorizado pela administração.

4.4. Sustentabilidade e Descarte

- Destinação adequada de embalagens, resíduos e produtos impróprios/vencidos, em conformidade com normas sanitárias e ambientais, inclusive quanto à logística reversa e descarte de medicamentos, sempre que aplicável.
- Priorização de itens com menor impacto ambiental sempre que tecnicamente possível, em alinhamento com o Plano de Logística Sustentável da Pasta.

4.5. Vedação de participação em consórcio

A participação de empresas reunidas em consórcio foi vedada no presente certame, em consonância com os princípios da eficiência e da razoabilidade. O objeto desta licitação restringe-se à aquisição de bens comuns (medicamentos e materiais médico-hospitalares) de baixa complexidade e de baixo valor estimado, possuindo um mercado fornecedor amplo, pulverizado e altamente competitivo. A admissão de consórcios não traria qualquer benefício à ampliação da concorrência, acarretando apenas ônus e complexidade administrativa desnecessária no julgamento das propostas, habilitação e gestão contratual, além de ser incompatível com a exclusividade do certame para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP).

5. Levantamento de Mercado

Mercado

5.1. A pesquisa de mercado demonstrou ampla oferta dos itens pretendidos, caracterizando-os como bens comuns, com especificações objetivas e padronizadas, permitindo julgamento pelo critério de menor preço. A pesquisa de preços seguiu rigorosamente o **Decreto Estadual nº 67.888/2023**, adotando o método da Média Saneada para afastar cabalmente qualquer indício de sobrepreço. Essa metodologia foi aplicada dentro do prazo legal que antecede a elaboração deste ETP, materializando a estrita observância ao princípio da **Economicidade**.

5.2. Foram consideradas contratações anteriores de mesma natureza para esta Unidade (fornecimento de medicamentos e insumos em exercícios pretéritos), tomando-se por base: o histórico de consumo, eventuais dificuldades de fornecimento e a necessidade de ampliação de quantidade para evitar compras emergenciais não planejadas.

Análise de Alternativas Possíveis

5.3. Foram avaliadas as seguintes alternativas, nos termos do artigo 5º, III, do Decreto nº 68.017/2023:

- a) Manutenção da situação atual:** Inviável. Levaria ao desabastecimento de insumos essenciais, com grave risco à continuidade dos tratamentos.
- b) Aquisição fracionada:** Desaconselhada. Aumentaria os custos administrativos e contrariaria a **Economicidade**.
- c) Locação de bens:** Inaplicável (bens de consumo).

d) Doações/permutas: Inexistência de volume compatível.

e) Sistema de Registro de Preços x Pregão pontual: Optou-se pelo Pregão Eletrônico específico devido à urgência na reposição e ao valor global moderado. Conclui-se que a aquisição direta via licitação (Pregão Eletrônico) é a alternativa mais vantajosa.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução consiste na aquisição via **Pregão Eletrônico**, tipo menor preço por item, modo de disputa aberto (Lei nº 14.133/2021), compreendendo fornecimento em entrega única, condições rigorosas de recebimento descritas no Termo de Referência, pagamento conforme a legislação financeira e exigências sanitárias plenas.

6.2. Justificativa das Escolhas:

- **Pregão Eletrônico:** Adotado por se tratar de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, conforme exigência do art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021.
- **Menor Preço por Item:** Escolha fundamentada no **Princípio do Parcelamento (Art. 40, § 2º da Lei 14.133/2021)**, visando ampliar a competitividade e permitir a participação de maior número de licitantes, visto que o mercado de medicamentos e insumos é segmentado e dificilmente uma única empresa deteria o melhor preço para todos os itens.
- **Modo de Disputa Aberto:** Selecionado para permitir a apresentação de lances sucessivos e progressivos, garantindo a obtenção da proposta economicamente mais vantajosa através da disputa em tempo real.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Os quantitativos foram estipulados para atender à demanda de assistência preventiva e curativa.

ITEM	COD.	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO RESUMIDA	VALOR UNITÁRIO (Referencial)
1	5851130	260	COMPRIMIDO	ALOGLIPTINA 25MG (BENZOATO 34MG)	0,40
2	284220	9.000	COMPRIMIDO	ANLODIPINO 5MG	0,11
3	183105	600	COMPRIMIDO	ATENSINA 0,100MG (CLONIDINA)	0,37
4	2411610	3.360	COMPRIMIDO	ATORVASTATINA 40 MG	0,69
5	1905902	6	FRASCO 3ML	BIMATOPROSTA COLÍRIO	46,12
6	2312166	450	COMPRIMIDO	BISOPROLOL 2,5 MG	0,79

7	2052652	1.005	COMPRIMIDO	BISOPROLOL 5 MG	1,05
8	1205919	585	COMPRIMIDO	BUPROPIONA CLORIDRATO 150MG	0,66
9	4533003	135	COMPRIMIDO	CANAGLIFLOZINA 100MG	6,31
10	1850431	450	COMPRIMIDO	CILOSTAZOL 100 MG	0,54
11	1699253	480	COMPRIMIDO	CILOSTAZOL 50 MG	0,30
12	1217240	1.500	COMPRIMIDO	CLOPIDOGREL 75MG	0,22
13	4921720	5	FRASCO 1L	CLOREXIDINA 20ML/ML (2%) SOLUÇÃO AQUOSA	37,56
14	600687	600	COMPRIMIDO	CLORTALIDONA 25 MG	0,56
15	4292499	900	COMPRIMIDO	DAPAGLIFLOZINA 10MG	2,16
16	3263800	720	COMPRIMIDO	DESVENLAFAXINA 50MG	0,84
17	213918	1.260	COMPRIMIDO	DOMPERIDONA 10 MG	0,13
18	1305492	240	COMPRIMIDO	DONEPEZILA 10MG	0,75
19	544914	25	FRASCO 5ML	DORZOLAMIDA 2% COLÍRIO	52,12
20	2115140	240	COMPRIMIDO	DULOXETINA 60MG	2,23
21	3850579	210	COMPRIMIDO	DUTASTERIDA0,5MG+TANSULOSINA0,4MG (COMBODART)	3,06
22	5466571	540	COMPRIMIDO	EMPAGLIFLOZINA 25MG	8,76
23	1736574	1.590	COMPRIMIDO	ESCITALOPRAN 10MG	0,20
24	2904420	420	COMPRIMIDO	ESCITALOPRAN 20MG	0,37
25	1983350	300	COMPRIMIDO	EZETIMIBA 10 MG	0,61
26	763195	820	COMPRIMIDO	GABAPENTINA 300MG	0,37

27	1430564	6.000	COMPRIMIDO	GLICLAZIDA 30MG	0,21
28	155209	240	COMPRIMIDO	HIDRALAZINA 50MG	0,57
29	943495	210	COMPRIMIDO	INDAPAMIDA 1,5MG	0,32
30	4622197	1.620	COMPRIMIDO	LEVETIRACETAM 250MG	0,70
31	785660	5.000	COMPRIMIDO	LEVOMEPROMAZINA 25MG	0,46
32	501093	12	BISNAGA 30G	LIDOCAINA 2% GEL	6,69
33	284300	30.000	COMPRIMIDO	LOSARTANA 50MG	0,05
34	1787993	480	COMPRIMIDO	MEMANTINA 10MG	0,31
35	183504	7.200	COMPRIMIDO	METFORMINA 500 MG	0,13
36	2369613	10.140	COMPRIMIDO	METFORMINA XR 500 MG	0,22
37	183563	810	COMPRIMIDO	METOPROLOL SUCCINATO 100 MG	0,48
38	1466909	2.640	COMPRIMIDO	METOPROLOL SUCCINATO 25 MG	0,50
39	1728385	2.350	COMPRIMIDO	METOPROLOL SUCCINATO 50 MG	0,54
40	691461	540	COMPRIMIDO	NALTREXONA 50MG	3,23
41	3684318	1.440	COMPRIMIDO	NIFEDIPINO 20MG	0,16
42	109002	300	COMPRIMIDO	NITROFURANTOINA 100MG	0,27
43	2145987	90	COMPRIMIDO	OLMESARTANA 40 MG	0,71
44	122963	180	COMPRIMIDO	OXIBUTININA 5MG	0,76
45	691496	300	COMPRIMIDO	PAROXETINA 20MG	0,26
46	6500994	6	FRASCO 150ML	PEUMUS BOLDUS MOLINA (BOLDO) EXTRATO 0,67ML/10ML	31,24

47	2051044	45	COMPRIMIDO	PIOGLITAZONA 30MG	1,38
48	3162249	2.060	COMPRIMIDO	PREGABALINA 75MG	0,28
49	1458094	1.630	COMPRIMIDO	QUETIAPINA 25MG	0,18
50	3814556	1.140	COMPRIMIDO	RIVAROXABANA 20 MG	0,32
51	1905910	1.635	COMPRIMIDO	ROSUVASTATINA 10 MG	0,15
52	111414	25	BISNAGA 50G	SULFADIAZINA DE PRATA CREME 10MG/G	6,51
53	1915045	180	ENVELOPE	SULFATO DE GLICOSAMINA 1,5MG	3,07
54	5941326	1.500	COMPRIMIDO	SUPLEMENTO VITAMÍNICO E MINERAL	0,36
55	1929224	240	COMPRIMIDO	TANSULOSINA 0,4MG	0,91
56	2042398	60	COMPRIMIDO	TELMISARTANA 80 MG	1,77
57	1384163	7	FRASCO 2,5ML	TRAVOPROSTA COLÍRIO	21,23
58	2047080	780	COMPRIMIDO	TRAZODONA 50MG	0,63
59	2187396	390	COMPRIMIDO	TRIMEBUTINA 200 MG	1,35
60	2937760	120	COMPRIMIDO	TRIMETAZIDINA 35 MG	0,70
61	1912593	600	COMPRIMIDO	VALSARTANA 160 MG	0,64
62	1508520	210	COMPRIMIDO	VENLAFAXINA 75MG	0,47
63	2013819	360	COMPRIMIDO	VIMPOCETINA 5MG	1,08
64	4343646	135	COMPRIMIDO	VITAMINA D3 7.000UI	0,45
65	691500	720	COMPRIMIDO	ZOLPIDEM HEMITARTARATO 10MG	0,15
66	4575628	270	UNID.	FRALDA DESCARTÁVEL GIRIÁTRICA EG	4,59

67	125253	100	PACOTE C/100	ABAIXADOR DE LINGUA	7,25
68	2363763	300	UNID.	AGULHA MÚLTIPLA P/ COLETA SANGUE À VÁCUO 21G/ 1/4 32MMX0,8	0,58
69	3818136	100	UNID.	BOLSA COLETORA DE URINA - SISTEMA FECHADO	6,49
70	6440657	30	UNID.	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFERICO (ABOCATH Nº20)	2,95
71	6440614	100	UNID.	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFERICO (ABOCATH Nº22)	2,95
72	6440584	35	UNID.	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFERICO (ABOCATH Nº24)	2,95
73	3668665	60	UNID.	DISPOSITIVO AGULHA 23G P/ INF. VEN. C/ SIST. DE SEGURANCA	0,84
74	4605985	12	UNID.	DISPOSITIVO PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA Nº4	2,71
75	4605993	70	UNID.	DISPOSITIVO PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA Nº6	2,71
76	6536107	80	UNID.	EQUIPO DE INFUSÃO GRAVITACIONAL COMPLETO	3,38
77	1052705	50	UNID.	EQUIPO MULTIVIAS 2 VIAS COM CLAMP (POLIFIX)	7,83
78	3295486	3	UNID.	ESFIGMOMANÔMETRO ANERÓIDE 300 MMHG P/ OBESO	191,48
79	6080103	12	FRASCO 200ML	PROTETOR SOLAR FPS60	27,11
80	5511631	300	UNID.	SERINGA 20ML COM BICO SEM AGULHA LUER SLIP	1,57
81	1637649	60	UNID.	SERINGA 60ML BICO CATETER SEM AGULHA	2,34

82	4673182	60	UNID.	SONDA VESICAL FOLEY 18 DE 2VIAS	2,97
83	4673190	45	UNID.	SONDA VESICAL FOLEY 20 DE 2VIAS	3,50
84	5087627	24	UNID.	SONDA VESICAL FOLEY 20 DE 3VIAS	6,90
85	4967500	200	UNID.	TUBO COLETA DE SANGUE 5ML TAMPA VERMELHO, C/ATIVADOR COAGULO	0,40

Documentos de suporte das memórias de cálculo

7.2. As memórias de cálculo apoiam-se em relatórios de consumo, mapas de movimentação e informações da Chefia de Serviço, anexos aos autos (art. 5º, V, Decreto nº 68.017/2023).

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 45.791,79

8.1. Valor estimado: **R\$ 45.791,79 (quarenta e cinco mil, setecentos e noventa e um reais e setenta e nove centavos)**, apurado conforme **Formalização do Valor Estimado** elaborada nos termos do Decreto nº 67.888/2023, a qual integra este ETP como documento de suporte, atendendo ao artigo 5º, VI, do Decreto nº 68.017/2023.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não se propõe o parcelamento em lotes, por se tratar de itens comuns a serem licitados por item, garantindo ampla competitividade, simplificação logística e ganhos de escala processual (art. 5º, VII, Decreto nº 68.017/2023).

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foram identificadas contratações que condicionem ou sejam condicionadas por esta aquisição.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação está alinhada ao Plano de Contratações Anual – PCA 2026 desta Unidade, no eixo de materiais e medicamentos, e às diretrizes sustentáveis da Pasta.

- I. ID PCA no PNCP: 96291141000180-0-000038/2026
- II. Data de publicação: 17/06/2025
- III. ID do item no PCA: 28
- IV. Classe/Grupo: 6505 - DROGAS E MEDICAMENTOS
- V. Identificador da futura contratação: 380161-10/2026

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Com a contratação, pretende-se garantir o abastecimento regular e a continuidade dos tratamentos (evitando desassistência e infração à LEP), reduzir o risco de compras emergenciais mais onerosas e otimizar o uso de recursos humanos e logísticos da Farmácia, materializando de forma inequívoca o princípio constitucional da **Eficiência** administrativa.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Antes do contrato, a Administração deverá confirmar espaço físico, atualizar controles e designar gestor/fiscais (Lei nº 14.133/2021). Não há necessidade de adaptações estruturais complexas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Mitigados através do rigoroso descarte de perfurocortantes e medicamentos impróprios via fluxo institucional licenciado de resíduos de saúde.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. Conformidade com o Decreto Estadual nº 68.017/2023: Declara-se, e atesta-se tecnicamente, que na elaboração deste ETP foram observados os arts. 3º e 4º do Decreto nº 68.017/2023 (através do uso do Sistema ETP Digital e observância dos manuais). Atesta-se a presença de todos os elementos obrigatórios previstos no §1º do art. 5º do referido decreto. Os elementos não obrigatórios que não foram contemplados tiveram sua ausência plenamente justificada pela natureza simples do objeto (bens de consumo), que não demanda complexidade de ciclo de vida atípica ou planos de desfazimento rebuscados.

5.1.2. Justificativa da Viabilidade: Esta equipe de planejamento declara a contratação viável técnica, operacional e juridicamente. A demanda é imprescindível ao tratamento de saúde dos sentenciados. Ressalta-se a total adequação do rito preparatório à dispensa de análise jurídica via Parecer Referencial NLC nº 01/2025 e Resolução PGE nº 29/2015

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Em conformidade com a legislação vigente, encaminho o presente Estudo Técnico Preliminar à autoridade competente para análise e adoção das providências cabíveis na sequência da fase de planejamento.

LUIZ FERNANDO LUKIANTCHUKI AGOSTINHO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 14:07:52.

Despacho: De acordo, encaminhe-se ao setor de contratações para prosseguimento.

MARCOS ANTONIO HIPOLITO

Autoridade competente



UG	380161 - PENITENCIARIA DE LUCELIA
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO
Data de Emissão	XXXXXXX

CNPJ/CPF/UG	XXXXXXXX				
Credor	XXXXXXXX				
Endereço					
Cidade		UF		CEP	

Origem Material	1
-----------------	---

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
400051	XXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXX	XXX.XXX.XXX	XXXXXX

No Processo	XXXXXXXXXX	Acordo			
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LEI 14.133/2021		
Licitação	07 - PREGAO	Modalidade	1 - ORDINARIO		
Empenho Orig.		Nº Contrato	XXXXXXXXXX	Nº OC	

Valor do Empenho R\$	XX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)
-----------------------------	-------------------------------------

Cronograma	
Mês	Valor
XX	XX.XXX,XX

Sequência	001	Item	XXXXXXXX	Unid. Forn.	XXXXX
Quantidade	XXXX	Valor Unitário	XX.XXX,XX	Preço Total	XX.XXXX,XX

[illegible]



Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	XX.XXX,XX
Local de Entrega	ESTRADA VICINAL PASCHOAL MILTON LENTINI
Data de Entrega	XXXXXXXXXX

MARCOS ANTONIO HIPOLITO
117159068-70
Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	XXXXXXXXXXXX
--------------------------	--------------



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 26 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SAP N.º 49/2024, DE 17/4/2024 - RETIFICADA

RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LLCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

Artigo 3º - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§ 3º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 4º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

CAPÍTULO II DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 5º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

Seção II – Da Multa

Artigo 6º - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 7º - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

III - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

Artigo 8º - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

I - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea "a" supra;

c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

II - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

III - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

Parágrafo único – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

Artigo 11 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

Artigo 13 - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

Artigo 14 - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

Artigo 15 - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

Artigo 16 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 17 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

II - por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

Parágrafo único – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 18 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Artigo 19 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos

termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

Artigo 20 - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

Artigo 21 - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

Artigo 22 - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Artigo 23 - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 24 - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

Artigo 25 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 26 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

Artigo 27 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Artigo 28 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 2º - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 29 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 30 - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21;

II - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 31 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 32 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33 - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 34 - Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

Artigo 35 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

(Republicado por ter saído com incorreção na redação do Inciso I, do Artigo 30, na publicação anterior)

(SEI-006.00056884/2024-73).

ANEXO IV

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____

PROCESSO Nº _____

ITEM	DESCRIÇÃO MATERIAL	CODIGO	QTDE (UNIDADE DE FORNECIMENTO)	VR. UNIT.	VALOR TOTAL DO ITEM
01					
02					
03					
(...)					

OBSERVAÇÕES

- Conformidade com o TR:** Declaro ciência inequívoca de que o fornecimento deverá seguir rigorosamente as condições estabelecidas no Termo de Referência, especialmente quanto ao prazo de **30 (trinta) dias corridos e à VEDAÇÃO ABSOLUTA de entrega fracionada.**
- Capacidade Logística:** Declaro de que possuo plena capacidade logística e de estoque para o atendimento integral da demanda em **remessa única.**
- Essencialidade do Objeto:** Reconheço que os itens são destinados à assistência de saúde contínua da Unidade Prisional (Art. 14 da LEP), e que o descumprimento das condições de entrega (atraso ou fracionamento) ensejará a recusa total do lote e a imediata abertura de processo sancionatório (PAAR) nos termos da Lei 14.133/2021 e Resolução SAP-49/2024.